



Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura
Municipal



IMPUGNANTE: NOVO MUNDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS LTDA

IMPUGNADO: MUNICÍPIO DE TIO HUGO

PROCESSO Nº: 2023.003/0047

NATUREZA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE COLETA ORGÂNICA E SELETIVA, TRANSPORTE ATÉ O ATERRO SANITÁRIO

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

O Impugnado, através do competente Setor de Licitações e Compras, promoveu a abertura do Edital pela Modalidade de Pregão Presencial nº 010/2023, o qual tem por objeto a Contratação de empresa para a Coleta, transporte e Destino Final de Resíduos Orgânicos, Seletivos e Domiciliares, no Município de Tio Hugo/RS, conforme descritivo e quantidade constantes no Anexo II, do Edital

Foi dada publicidade ao respectivo ato, nos termos do, no site do Impugnado, bem como no DOE- Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial dos Municípios - Famurs, atendendo a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 903, de 25 de Fevereiro de 2013, e a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Considerando o prazo legal que a Impugnante apresentou a impugnação, restou tempestivo.

É o Relatório.

DECIDO:

Item 1.0 da Impugnação – QUANTO A MODALIDADE LICITATÓRIA DE PREGÃO PRESENCIAL



Tio Hugo - RS

Prefeitura
Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cuida-se de impugnação ao Edital, onde a impugnante primeiramente impugna o a modalidade da Licitação descrita no Edital, ou seja, modalidade Pregão Presencial, destacando que segundo o TCE-RS, o serviço de “**limpeza urbana**” não poderia ser definido como de natureza comum, além de destacar que a modalidade não estaria elencado no rol do art. 22 da Lei 8666/93.

Primeiramente é necessário esclarecer que o a modalidade de licitação Pregão Presencial está regulamentado na Lei Federal n.º 10.520/2002, no Decreto Municipal nº 903, de 25 de Fevereiro de 2013, e tem **aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93.**

Dito isto, a escolha pela Modalidade Pregão Presencial, modalidade pela qual tem em vista ser uma modalidade que busca as características a rapidez no procedimento e a economia tanto para a administração pública, como para o licitante, uma vez que na sessão pública ocorre a fase de lances e disputa pelo menor preço. Uma Modalidade praticada pela maioria dos Municípios da região, inclusive sob esse objeto, onde a própria Impugnante já participou de processo licitatório o qual teria o mesmo objeto e a mesma modalidade em Município vizinho (inclusive sendo a vencedora do certame).

Ainda, e não menos importante, que não se trata de um serviço de limpeza urbana propriamente dito, e sim uma **coleta e transporte de resíduos orgânicos, seletivos e domiciliares até a destinação final (aterro).**

Ainda, diz o art. 1º da Lei 10.520/2002:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, **aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.***”



Desta forma, conclui-se que a impugnante não tem razão no direito impugnado, prosseguindo-se assim o processo pela modalidade Pregão Presencial.

Item 2.0 DA Impugnação – QUANTO A DÚBIA FORMALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

A impugnante questionou acerca das especificações do item 16 do Edital - Da Execução dos serviços – que os mesmos não estavam em planilha de custos de maneira a definir quantitativos e financeiros.

Neste caso, o que ocorreu foi um erro na descrição, o qual será devidamente retificado.

Item 3.0 da Impugnação – QUANTO A FALTA DE EXIGÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

A impugnante questiona que não foram exigidas no Edital as determinações legais fundamentais para o exercício da atividade elencados na Lei 8666/93, em seus artigos 30, 31 e 32.

De imediato, é possível observar que o item 8.1.5 do Edital cumpre a exigência de tais documentos, não havendo o que se questionar quanto ao assunto.

Ainda, há de se observar um erro de digitação na alínea “h” do item 8.1.5, o qual mando ao Setor Competente, que seja o mesmo retificado.

Item 4.0 da Impugnação – QUANTO IRREGULARIDADES EXISTENTES NA PLANILHA DE CUSTOS

Questiona a impugnante quanto a irregularidades existentes nas planilhas de custos:

- Item 1.5 – do Vale Alimentação – questiona a atualização dos valores da planilha conforme a convenção trabalhista de cada categoria;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- Item 3.1.1 – Veículos e Equipamentos – Depreciação – questiona, com respaldo no Manual de Orientação e planilha de custos do TCE-RS, o custo de um veículo chassis e compactador de resíduos novos;

Ainda neste item, questiona acerca do tipo de veículo exigido para a prestação de Serviços, a qual não entrarei em discussão, devido ser, evidentemente, o Veículo Coletor Compactados, uma vez que os de caçamba e baú são proibidos, como a impugnante mesmo se refere, pelas normas atuais do Ministério do Trabalho.

- Item 3.1.3 – Impostos e Seguros - A impugnante questiona o valor do seguro contra terceiros especificado na planilha de custos, questionando que estaria fora dos valores praticados hoje no mercado.

- Item 3.1.4 - Consumos – A impugnante questiona o consumo descrito na planilha de custos para combustível – quilômetros por litro – o qual está descrito 2,40 km/l e requer que altere para 1,80 km/l.

- Item 3.1.6 – Pneus – Questiona a impugnante a quantidade de pneus descrita na planilha de custos, a qual seria para um caminhão truck, enquanto o Edital exige um caminhão “toco”. Questiona ainda, o montante de quilômetros rodados para cada recapagem de pneus, o que entende-se por esta Municipalidade estar dentro da realidade. Finalizando, questiona ainda, o valor do custo de pneus e recapagens, os quais alega estarem fora dos valores do mercado, o qual da mesma forma como mencionado acima, entende esta Municipalidade estarem em conformidade aos praticados no mercado.

Referente à destinação final de resíduos, questiona a impugnante em dois momentos:

Primeiro apontamento: Questiona a impugnante o valor mensal para destinação final nos Aterros, levando em conta um orçamento na (CRVR de Victor Graeff-RS, porém, não acostou à impugnação tal orçamento).

Esta Municipalidade levou em conta os parâmetros e valores orçados pelos Município vizinhos em processos licitatórios do mesmo objeto, licitadores recentemente, os quais entende sim, estarem dentro dos valores praticados no mercado.



Tio Hugo - RS

Prefeitura
Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Segundo apontamento: Questiona a impugnante acerca a computação da quantidade de resíduos gerados mensalmente no Município de Tio Hugo-RS, os quais foram computados que este município gera em torno de 41,42 Toneladas por mês.

Ainda, a impugnante "**afirma**", sem ao menos trazer quaisquer relatórios, planilhas ou documentos, que o Município de Tio Hugo-RS geraria em torno de 53 toneladas de resíduos por mês.

Não há verossimilhança no direito da impugnante. A administração pública chegou no valor de 41,42 toneladas/mês devido a um cálculo per capita, com a população existente hoje no Município, Senso de 2022 do IBGE, com a quantidade de resíduos que um ser humano produz por dia. Parâmetros estes, inclusive indicados pelo TCE-RS.

Ante ao exposto, acolho parcialmente a impugnação, sendo que restou **acolhida na íntegra** nos itens 2.0, 3.0, e 4 (estes, nos itens: 1.5 e 3.1.3), **parcialmente** nos itens 4 (3.1.1 – no que tange ao valor dos veículos coletores compactados, o qual mando ao Setor Competente que retifique a planilha de custos para o valor praticado no mercado – 3.1.4 – acolho no sentido de retificar os item de consumo de km rodados por litro, para 2,30 km/l, o qual é o preço praticado nos processos de licitação do mesmo objeto em Municípios vizinhos; - 3.1.6 – acolho e mando o Setor Competente alterar a quantidade de pneus exigida para o número de 6, utilizados por um caminhão "toco", conforme Edital), e **desacolho** os demais pedidos formulados pelos fundamentos fáticos jurídicos supra mencionados.

Intime-se.

Publique-se.

Registre-se.

Tio Hugo – RS, 1º de Agosto de 2023.


GILSO PAZ
Prefeito Municipal